ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU - RJ

EDITAL Nº 01/2025

Concurso Público para

PROCURADOR MUNICIPAL

MANHÃ

Caderno de Provas

- **Conhecimentos Específicos**
- **Português**
- **Questão Dissertativa**

instituto brasileiro de administração municipal

http://www.ibam-concursos.org.br

Concurso Público nº 01/2025

Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu - RJ

Ensino Superior Completo
Duração: 4 horas

Você recebeu o seguinte material:

- Um **caderno de prova**, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C** e **D**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 40 - Conhecimentos Específicos e 41 a 50 - Português.**
- **Uma questão dissertativa.**
- **Um cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta em letra cursiva, de próprio punho, a seguinte frase:

Que se chama Brasil

- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.
- É obrigação da pessoa candidata entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade da pessoa candidata.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto: (A) (B) ● (D)

Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas**. **Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

A resposta da questão dissertativa deverá ter no **mínimo 25 linhas e no máximo 30 linhas.**

A prova dissertativa deve ser resolvida, com caneta azul ou preta com grafia legível, no verso do cartão-resposta recebido pela pessoa candidata.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita. **Nesse momento será coletada a sua impressão digital.**

Somente será permitido à pessoa candidata levar consigo o caderno de questões a partir dos 30 minutos anteriores ao término das provas.

Será de inteira responsabilidade da pessoa candidata o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase, impressão digital e respostas).

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

O Prefeito do Município X solicitou à procuradoria municipal parecer acerca da possibilidade de edição de lei municipal que preveja o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais. Considerando as disposições constitucionais e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é correto que o parecer afirme, acerca da possibilidade de edição de lei municipal com esse conteúdo, que:

A ( ) é inconstitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, tendo em vista que a competência para atuação na área de segurança pública é privativa dos Estados.

B ( ) é inconstitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, já que a competência para atuação na área de segurança pública é privativa da União.

C ( ) é constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstas no art. 144 da Constituição Federal e excluída qualquer atividade de polícia judiciária.

D ( ) é constitucional, no âmbito dos municípios, o exercício de ações de segurança urbana pelas Guardas Municipais, inclusive policiamento ostensivo e comunitário, respeitadas as atribuições dos demais órgãos de segurança pública previstas no art. 144 da Constituição Federal, incluindo a realização de atividades de polícia judiciária.

Questão 02

A Constituição Federal prevê que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Ainda de acordo com a Constituição Federal, para o exercício desse controle, o Prefeito irá anualmente prestar contas ao Poder Legislativo e o órgão de controle competente irá emitir parecer prévio sobre as contas. Quanto à aprovação desse parecer e à aprovação ou não das contas do Prefeito pelo Poder Legislativo Municipal, considerando as disposições da Constituição Federal, pode-se afirmar que o parecer prévio:

A ( ) é vinculante e não pode em nenhuma hipótese ser afastado por decisão da Câmara Municipal.

B ( ) não vincula a decisão da Câmara Municipal que pode tomar decisão contrária ao parecer por voto da maioria simples dos parlamentares.

C ( ) não vincula a decisão da Câmara Municipal que pode tomar decisão contrária ao parecer por voto da maioria absoluta dos parlamentares.

D ( ) só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Questão 03

Em relação às disposições da Constituição Federal acerca de emendas constitucionais, está correta a seguinte afirmativa:

A ( ) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

B ( ) A proposta de emenda será discutida e votada, em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional e aprovada se obtiver, em ambos, a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros de cada Casa.

C ( ) A proposta de emenda será discutida e votada, em turno único, em cada Casa do Congresso Nacional e aprovada se obtiver a maioria absoluta dos votos dos respectivos membros de cada Casa.

D ( ) Poderá ser objeto de deliberação emenda constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais.

Questão 04

Tendo em vista as disposições da Lei Orgânica do Município de Casimiro de Abreu acerca dos vereadores, é correto afirmar que:

A ( ) os vereadores são invioláveis por suas opiniões e palavras, mesmo quando proferidas em situação que não guarda nenhuma relação com o exercício do mandato.

B ( ) os vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 04

C ( ) desde a expedição do diploma, os Membros da Câmara Municipal não poderão ser presos, salvo em flagrante por qualquer crime ou contravenção penal.
D ( ) os Membros da Câmara Municipal poderão, no curso do mandato, ser processados criminalmente, sem prévia licença da Casa.

Questão 05

O Presidente da República poderá, por meio da edição de decreto autônomo, dispor sobre organização e funcionamento da administração federal:
A ( ) para determinar a criação de órgãos públicos novos.
B ( ) para determinar a extinção de cargos públicos, ainda que esses cargos estejam ocupados.
C ( ) quando não implicar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos.
D ( ) para determinar a criação de cargos públicos, ainda que acarrete aumento de despesa pública, desde que a despesa esteja prevista na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual.

Questão 06

Tendo em vista as disposições constitucionais acerca da política urbana, está correta a seguinte afirmativa:
A ( ) Em um Município com 40.000 habitantes, a edição de Plano Diretor como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana é facultativa.
B ( ) O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
C ( ) Em um Município com 10.000 habitantes, a edição de Plano Diretor como instrumento da política de desenvolvimento e de expansão urbana é obrigatória.
D ( ) É vedada a aprovação de lei municipal que regulamente a instituição de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU progressivo no tempo para imóveis não edificados ou subutilizados.

Questão 07

Acerca dos atributos do ato administrativo, está correta a seguinte afirmativa:
A ( ) Autoexecutoriedade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
B ( ) Imperatividade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato se impõe a terceiros independentemente de sua concordância.
C ( ) Exigibilidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção relativa de legitimidade e veracidade.
D ( ) Presunção de legitimidade e veracidade é o atributo do ato administrativo pelo qual o ato goza de presunção absoluta de legitimidade e veracidade.

Questão 08

Um servidor público municipal praticou infração administrativa prevista em lei local. Após regular processo administrativo, o servidor foi sancionado com a pena de advertência. Ao instaurar processo administrativo para apurar os fatos e aplicar sanção ao servidor, a administração pública exerceu seu poder:
A ( ) de autotutela.
B ( ) de polícia.
C ( ) disciplinar.
D ( ) regulamentar.

Questão 09

Motorista contratado por concessionária de serviço público, no exercício de suas funções, agindo com negligência, colidiu com outro veículo causando danos a esse veículo. Tendo em vista as disposições da Constituição Federal acerca da Responsabilidade Civil do Estado, é correto afirmar:

A ( ) A concessionária prestadora de serviço público responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. Não há direito de regresso da concessionária contra o motorista responsável pelo dano já que este não agiu com dolo.

B ( ) A concessionária prestadora de serviço público responderá pelos danos que o motorista, no exercício de suas funções, causou a terceiros. Há direito de regresso da concessionária contra o motorista responsável pelo dano, já que este agiu com culpa.

C ( ) Uma vez que o motorista agiu com negligência, a concessionária só será responsável pelos danos causados de forma subsidiária, isto é, na hipótese de o motorista não possuir recursos suficientes para ressarcimento dos danos.

D ( ) A ação judicial para reparação dos danos poderá ser proposta tanto em face do motorista quanto em face da concessionária de serviço público. Na hipótese, a responsabilidade da concessionária será subsidiária, uma vez que o motorista agiu com culpa.

Questão 10

Em 2021, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992) foi alterada pela Lei n.º 14.230/2021. Por força dessa alteração legislativa, condutas culposas não configuram mais ato de improbidade administrativa, apenas condutas dolosas configuram ato de improbidade.

Em 2020, José praticou ato culposo que causou dano ao erário. Em 2021, o Ministério Público, propôs ação judicial, requerendo a condenação de José em sanções por ato culposo de improbidade administrativa.

Em março de 2025, foi proferida sentença de primeiro grau na ação judicial. O juiz julgou improcedente o pedido de condenação de José com o fundamento de que a norma mais benéfica que revogou a modalidade culposa do ato de improbidade se aplica a atos praticados antes de 2021, mesmo que já exista ação judicial em curso, desde que não haja condenação transitada em julgado.

Tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, é correto afirmar:

A ( ) Foi correta a sentença proferida pelo juiz, pois, de acordo com entendimento do STF, a norma benéfica da Lei n.º 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é IRRETROATIVA. Ainda de acordo com a Suprema Corte, a Lei n.º 14.230/2021 se aplica aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei quando existir processo em curso, mas sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto legal anterior que previa ato administrativo na modalidade culposa.

B ( ) Foi correta a sentença proferida pelo juiz, uma vez que, de acordo com entendimento do STF, a norma benéfica da Lei n.º 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é RETROATIVA, tendo incidência com relação a atos praticados antes do início da vigência da nova lei, afetando todos os processos em curso, inclusive durante a execução da pena e seus incidentes.

C ( ) Foi equivocada a sentença proferida pelo juiz, uma vez que a norma benéfica da Lei n.º 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação a atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência da lei anterior.

D ( ) Foi equivocada a sentença proferida pelo juiz, uma vez que a norma benéfica da Lei n.º 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é IRRETROATIVA, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação a atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência da lei anterior quando já existir ação judicial em curso, ainda que não haja decisão condenatória transitada em julgado.

Questão 11

Com relação ao credenciamento, que é um procedimento previsto na Lei de Licitações e Contratos Públicos - Lei n.º 14.133/2021, considera-se correta a seguinte afirmativa:

A ( ) Quando a contratação ocorre por meio de credenciamento, a competição é inviável e, portanto, a hipótese é de inexigibilidade de licitação.

B ( ) Quando a contratação ocorre por meio de credenciamento, a competição é inviável e, portanto, a hipótese é de dispensa de licitação.

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 11

C ( ) O credenciamento é um procedimento auxiliar às licitações e contratações públicas e, mesmo quando a contratação ocorre por meio de credenciamento, é obrigatória a prévia realização de processo licitatório.

D ( ) O credenciamento é um procedimento auxiliar às licitações e contratações públicas e, quando a contratação ocorre por meio de credenciamento, é facultativa a realização de licitação.

Questão 12

De acordo com a Lei de Licitações e Contratos Públicos (Lei n.º 14.133/2021), o contratado terá direito à extinção do contrato administrativo na seguinte hipótese:

A ( ) suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 30 dias.

B ( ) não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, exceto quando o atraso resultar de descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, desocupação de áreas públicas ou licenciamento ambiental.

C ( ) atraso do pagamento superior a 30 dias, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos.

D ( ) repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas.

Questão 13

A despesa total com pessoal do Município Y excedeu 95% do limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal. O Prefeito Municipal concedeu revisão geral anual da remuneração de todos os servidores. Diante disso, considera-se que esse ato do Prefeito Municipal:

A ( ) é válido porque a revisão geral anual é uma atualização dos valores da remuneração e não um aumento, portanto, não se enquadra nas limitações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao aumento de despesa com pessoal.

B ( ) é nulo porque uma vez atingido o marco de 95% do limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, nenhum ato que acarrete aumento de despesa pode ser praticado, incluindo-se nessa proibição a revisão geral anual.

C ( ) é válido porque as despesas com pessoal ainda não atingiram 100% do limite de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que ainda é possível, respeitado esse limite, a prática de atos como concessão de vantagens ou reajustes que acarretem aumento de despesa com pessoal.

D ( ) será válido apenas se existir situação emergencial e justificativa de relevante interesse público para concessão de revisão geral anual aos servidores públicos, uma vez que as despesas com pessoal ainda não atingiram 100% do limite de despesa com pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Questão 14

Tendo em vista as disposições da Lei n.º 13.303/2016 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar:

A ( ) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio não precisam ser precedidos de licitação.

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 14

B ( ) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão sempre precedidos de licitação.

C ( ) É dispensada a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista para celebração de contratos de comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionadas com seus respectivos objetos sociais.

D ( ) O valor estimado do contrato a ser celebrado pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista será, em regra, público e disponibilizado a todos os licitantes e ao público em geral, em respeito à publicidade dos atos administrativo.

Questão 15

Tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do controle judicial de processos administrativos disciplinares, está correta a seguinte afirmativa:

A ( ) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível em nenhuma hipótese incursão judicial na decisão final do processo administrativo disciplinar.

B ( ) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar abarca o exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, bem como abarca a incursão judicial no mérito da decisão administrativa sempre que o Juízo, após análise de fatos e provas, entender que a conclusão da autoridade administrativa merece ser modificada.

C ( ) É descabido o controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar, ainda que envolva o exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, uma vez que esses princípios, aplicáveis aos processos judiciais, não se aplicam aos processos administrativos.

D ( ) O controle jurisdicional do processo administrativo disciplinar restringe-se ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, não sendo possível incursão no mérito administrativo, ressalvadas as hipóteses de flagrante ilegalidade, teratologia ou manifesta desproporcionalidade da sanção aplicada.

Questão 16

A ação popular pode ser proposta:

A ( ) por qualquer cidadão, sendo a prova da cidadania feita com a apresentação do título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.

B ( ) por qualquer pessoa física, independentemente da cidadania brasileira.

C ( ) apenas pelo tribunal de contas competente.

D ( ) apenas pelo Ministério Público.

Questão 17

No que se refere ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) estabelecido pelo Código Tributário Nacional, o produto de sua arrecadação será:

A ( ) distribuído pela União aos municípios onde estão localizados os imóveis.

B ( ) repassado pelos estados aos municípios onde estão localizados os imóveis.

C ( ) distribuído pela União aos estados onde estão localizados os imóveis.

D ( ) repassado pelos municípios, onde estão localizados os imóveis, à União.

Questão 18

Quanto ao instituto da moratória, considera-se que:
A ( ) somente pode ser concedida em caráter geral por despacho de autoridade administrativa.
B ( ) somente pode ser concedida em caráter individual através da pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo.
C ( ) a lei concessiva da moratória não pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região.
D ( ) a concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e pode ser revogada de ofício.

Questão 19

No que se refere à exclusão, extinção e suspensão do crédito tributário, é correto afirmar, com base no Código Tributário Nacional – CTN, que:
A ( ) o pagamento é hipótese de exclusão do crédito tributário.
B ( ) a transação é hipótese de suspensão do crédito tributário.
C ( ) a prescrição é hipótese de extinção do crédito tributário.
D ( ) a conversão do depósito em renda é hipótese de exclusão do crédito tributário.

Questão 20

De acordo com o Código Tributário do Município de Casimiro de Abreu, **não** é obrigatória a apresentação anual da Ficha de Informações relativa ao exercício anterior para os seguintes contribuintes:
A ( ) profissionais autônomos.
B ( ) companhias de seguro.
C ( ) oficinas.
D ( ) hospitais.

Questão 21

De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo:
A ( ) não fica subordinado ao recurso independente.
B ( ) será conhecido mesmo se houver desistência do recurso principal.
C ( ) será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
D ( ) é dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no mesmo prazo de interposição do recurso independente.

Questão 22

Em relação ao agravo interno, está correta a seguinte afirmativa:
A ( ) O agravo interno será julgado pelo próprio relator, sendo dispensada a apreciação pelo órgão colegiado.
B ( ) A petição de agravo interno deve impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada, sob pena de inadmissibilidade.
C ( ) É permitido ao relator, no julgamento do agravo interno, limitar-se a reproduzir os fundamentos da decisão agravada para julgá-lo improcedente.
D ( ) Caso o agravo interno seja julgado improcedente por unanimidade, o órgão colegiado poderá aplicar multa ao agravante, a ser fixada entre 10% e 20% do valor atualizado da causa.

Questão 23

O Código de Processo Civil estabelece as hipóteses em que o autor poderá aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir. Apresenta-se uma dessas hipóteses de maneira correta na seguinte alternativa:

A ( ) Até a audiência de instrução, independentemente de anuência do réu, desde que assegurado o contraditório.
B ( ) Até a citação, independentemente de consentimento do réu, e até o saneamento do processo, com consentimento do réu e assegurado o contraditório.
C ( ) Somente até a contestação, sendo indispensável o consentimento do réu e a autorização do juiz.
D ( ) Até a fase recursal, desde que com a anuência do réu e autorização expressa do juiz.

Questão 24

No que se refere ao cumprimento definitivo de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, é correto afirmar que:

A ( ) iniciado o cumprimento de sentença, a parte executada deverá efetuar o pagamento em três dias da intimação.
B ( ) o prazo de impugnação e pagamento corre de maneira conjunta, ou seja, ambos se iniciam da intimação para pagamento.
C ( ) não ocorrendo pagamento voluntário pela Fazenda Pública no prazo do *caput*, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.
D ( ) quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.

Questão 25

De acordo com o Código de Processo Civil, aquele que, não sendo parte no processo, sofrer constrição ou ameaça de constrição sobre bens que possua ou sobre os quais detenha direito incompatível com o ato constritivo poderá requerer seu desfazimento ou sua inibição por meio de embargos de terceiro. Nesse contexto, **não** é considerado terceiro para fins de propositura desses embargos:

A ( ) quem sofre constrição judicial de seus bens por força de desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte.
B ( ) o adquirente de bens cuja constrição decorreu de decisão que declara a ineficácia da alienação realizada em fraude à execução.
C ( ) o cônjuge ou companheiro, quando defende a posse de bens próprios ou de sua meação.
D ( ) o herdeiro inventariante que representa o espólio.

Questão 26

O Código de Processo Civil estabeleceu as hipóteses de Tutelas Provisórias. Quanto a este instituto, está correto afirmar que:

A ( ) a tutela provisória de urgência somente poderá ser concedida em caráter antecedente.
B ( ) a tutela provisória requerida em caráter incidental depende do pagamento de custas.
C ( ) a tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, mas pode, a qualquer tempo, ser revogada ou modificada.
D ( ) na decisão que conceder a tutela provisória não haverá necessidade de apresentação da motivação pelo juiz.

Questão 27

A alternativa que **não** representa hipótese de suspensão do processo é:

A ( ) morte do procurador.
B ( ) morte de qualquer das partes.
C ( ) por perda da capacidade processual das partes.
D ( ) pela inadmissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.

Questão 28

De acordo com o Código de Processo Civil, o tutor ou curador deve prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias, contado da:

A ( ) publicação da sentença que o nomear ou confirmar a curatela.
B ( ) intimação do despacho que determinar a lavratura do termo de compromisso, qualquer que seja a origem da nomeação.
C ( ) nomeação feita em conformidade com a lei ou da intimação do despacho que mandar cumprir o testamento ou instrumento público que o houver instituído.
D ( ) ciência pessoal do interessado acerca da decisão judicial, ainda que não formalmente intimado.

Questão 29

Em relação às fontes do Direito do Trabalho para as decisões pelas autoridades administrativas e pela Justiça do Trabalho, está correta a seguinte afirmativa:

A ( ) Em razão das especificidades da matéria trabalhista, em caso de lacuna da legislação, não são aplicáveis os princípios e normas gerais de direito.
B ( ) Para a Justiça do Trabalho, os usos e costumes podem se sobrepor às disposições legais e contratuais específicas.
C ( ) Os enunciados jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho poderão restringir direitos legalmente previstos.
D ( ) As súmulas editadas pelos Tribunais Regionais do Trabalho não poderão criar obrigações que não estejam previstas em lei.

Questão 30

Diante da relevância do tema para a saúde do empregado e para as atividades das empresas, a jornada de trabalho e as suas hipóteses de prorrogação, pausas e regras para a remuneração são assuntos caros às normas e jurisprudências trabalhistas.
A afirmativa correta acerca do assunto, conforme as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, é:

A ( ) A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual.
B ( ) Por Acordo ou Convenção Coletiva, a duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, sem limitação de quantidade, desde que haja compensação proporcional do descanso.
C ( ) Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, o trabalhador terá direito ao pagamento de horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da realização da jornada extraordinária.
D ( ) É ilícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual tácito, ainda que para a compensação no mesmo mês.

Questão 31

Com as mudanças promovidas pela Lei n.º 13.467/2017 e posteriormente pela Lei n.º 14.442/2022, o regime de teletrabalho passou a contar com regulamentação específica na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. De acordo com as referidas normas, está correto afirmar:

A ( ) Considera-se teletrabalho a prestação de serviços fora das dependências do empregador, exclusivamente de maneira preponderante que, por sua natureza, não configure trabalho externo.
B ( ) O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
C ( ) Para estagiários e aprendizes, considerando as características específicas dessas formas de trabalho, é proibida a adoção do regime de teletrabalho ou trabalho remoto.
D ( ) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do contrato individual de trabalho, e eventual alteração entre regime presencial e de teletrabalho dependerá de acordo entre as partes, registrado em aditivo contratual.

Questão 32

Conforme as previsões normativas sobre o tema, é correto afirmar, acerca dos recursos no processo do trabalho, que:

A ( ) no processo do trabalho, os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio juízo ou tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias pela apresentação de agravo de instrumento no prazo de oito dias.

B ( ) cabem embargos no Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de quinze dias, das decisões das Turmas que divergirem entre si ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais.

C ( ) cabe Recurso de Revista, no prazo de oito dias, para Turma do Tribunal Superior do Trabalho, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário quando contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

D ( ) o agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar as matérias e os valores impugnados, ficando vedada, neste caso, a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

Questão 33

Conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), acordo setorial é compreendido como:

A ( ) Ato de natureza administrativa voltado à fiscalização do descarte de resíduos sólidos para fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

B ( ) Ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

C ( ) Acordo entre o poder público e produtores para produção de produtos e manutenção de resíduos sólidos.

D ( ) Plano para estabelecimento de diretrizes sobre a condução de resíduos sólidos em âmbito municipal.

Questão 34

De acordo com o que estabelece a Lei n.º 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais), está correta a seguinte afirmativa:

A ( ) A responsabilização penal da pessoa jurídica independe da responsabilização da pessoa física que a represente.

B ( ) As pessoas físicas podem ser responsabilizadas penalmente por crimes ambientais, o mesmo não ocorrendo com as pessoas jurídicas.

C ( ) A responsabilidade penal das pessoas jurídicas afasta a aplicação de sanções administrativas.

D ( ) As penas previstas na Lei de Crimes Ambientais não se aplicam a atos cometidos por concessionárias de serviço público.

Questão 35

Conforme preconiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito:

A ( ) coletivo, previsto no capítulo dos direitos difusos.

B ( ) fundamental de terceira geração, assegurado a todos e de responsabilidade exclusiva do Estado.

C ( ) de todos, com imposição de dever ao Poder Público e à coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

D ( ) vinculado ao exercício de atividades econômicas sustentáveis, garantido àqueles que contribuem diretamente para a proteção ambiental.

Questão 36

A expressão "racismo ambiental" foi cunhada na década de 1980 pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. durante protestos contra a instalação de depósitos de resíduos tóxicos no condado de Warren, na Carolina do Norte (EUA), região majoritariamente habitada por população negra.
No Brasil, embora o conceito seja relativamente recente no debate institucional, é possível identificar práticas que configuram racismo ambiental, especialmente diante das desigualdades territoriais, sociais e raciais.
Nesse contexto, apresenta-se um exemplo de racismo ambiental na seguinte alternativa:

A ( ) A construção de uma usina hidrelétrica em área de preservação permanente (APP) com estudo de impacto ambiental aprovado, mesmo causando impacto ambiental à comunidade vizinha.
B ( ) A contaminação da água e do solo em uma reserva legal inserida em grande propriedade rural produtiva.
C ( ) A ausência de renovação do licenciamento ambiental de empreendimentos situados em centros urbanos consolidados e populosos.
D ( ) A contaminação por metais pesados em comunidades indígenas e quilombolas, historicamente marginalizadas e com baixa capacidade de participação nos processos decisórios.

Questão 37

O Plano Diretor do Município de Casimiro de Abreu, instituído pela Lei Complementar n.º 1.060, de 5 de outubro de 2006, estabelece expressamente os temas considerados prioritários para o município.
Um tema que **não** consta entre as prioridades definidas pelo Plano Diretor é:

A ( ) Política Habitacional.
B ( ) Organização Institucional.
C ( ) Meio Ambiente.
D ( ) Sistema Reprodutivo.

Questão 38

Entre os diversos institutos jurídicos e políticos previstos no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/01), encontra-se a instituição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Tais zonas foram estabelecidas no Plano Diretor do Município de Casimiro de Abreu (Lei Complementar n.º 1.060/2006), que as define como:

A ( ) áreas públicas ou privadas, destinadas a segmentos da população em situação de vulnerabilidade social, prioritárias no atendimento a programas e projetos habitacionais.
B ( ) áreas com predominância de cultura extensiva, destinadas às atividades rurais e à implantação de equipamentos urbanos ou estabelecimentos de grande porte, como aterro sanitário, estação de tratamento de água e de efluentes líquidos e agroindústria.
C ( ) áreas de especial importância ambiental, em face de sua relevante contribuição para o equilíbrio ecológico e para o interesse coletivo da sociedade.
D ( ) áreas públicas ou privadas de relevante interesse cultural do Município de Casimiro de Abreu.

Questão 39

É correto afirmar que o Plano Diretor **não** é obrigatório para as cidades:

A ( ) inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
B ( ) integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
C ( ) integrantes de áreas de especial interesse turístico.
D ( ) com menos de vinte mil habitantes.

Questão 40

João é proprietário de um terreno grande, no centro de Casimiro de Abreu, que permanece sem construção ou utilização há vários anos. Em razão disso, o Município o notificou para que desse ao imóvel a devida função social. João, entretanto, ignorou a notificação. Diante da inércia, o Município passou a aplicar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU progressivo no tempo: no primeiro ano a alíquota foi elevada, no segundo ano aumentou novamente até atingir, no quinto ano, o limite máximo permitido. Decorridos os cinco anos, João ainda não havia utilizado o terreno. Assim, o Município decidiu desapropriá-lo, com pagamento em títulos da dívida pública resgatáveis no futuro. Enquanto a desapropriação não se concretiza, João continua sendo tributado com a alíquota máxima. Nesse contexto, é correto afirmar:

CONTINUAÇÃO DA QUESTÃO 40

A ( ) A postura do Município é inconstitucional e viola o princípio da Propriedade Privada já que não pode exigir que o proprietário construa no imóvel.
B ( ) A medida adotada pelo Município é legal, uma vez que a desapropriação constitui instituto jurídico-político da política urbana, enquanto o IPTU progressivo no tempo é classificado como instituto tributário-financeiro dessa política.
C ( ) A postura do Município viola o princípio do não confisco e não encontra respaldo legal.
D ( ) O Município poderia apenas executar a medida de desapropriação, mas não poderia exigir a cobrança de IPTU progressivo no tempo, em razão do princípio do não confisco.

PORTUGUÊS

Geração Beta: como serão as crianças que nascem a partir de agora

Para os nascidos em 2025, a inteligência artificial será uma presença constante: de assistentes virtuais que sussurram dicas de aprendizado a sistemas inteligentes para lares

Carlos Albuquerque

A fila das gerações anda, embora os rótulos, marcas e conceitos, às vezes, se embolem. A escritora, poetisa e colecionadora de arte Gertrude Stein teria batizado uma das primeiras, a geração perdida, aquela nascida no fim do século retrasado, que viveu a Primeira Guerra Mundial. Depois, vieram os chamados *baby boomers*, nascidos (na Europa e nos EUA) entre 1946 e 1964 (no Brasil, seriam chamados de "geração reprimida", aquela que cresceu sob a ditadura militar). Em seguida, foi a vez da geração X (de 1965 a 1980), da geração Y ou *Millennial* (início dos 1980 até meados dos 90), da geração Z (que vai até o começo dos anos 2010) e da geração Alpha (até 2024). No paralelo, tivemos por aqui também, nas artes plásticas, a Geração 80 e, nas palavras de Renato Russo, a Geração Coca-Cola. Até chegarmos ao ponto de nos perguntarmos: como vem você, geração Beta?

Segunda a avançar no alfabeto grego, ela inclui todos aqueles (bebês) nascidos a partir de janeiro deste ano e além. Esses cidadãos do futuro devem herdar um mundo onde a complexidade e a inovação conviverão em ritmo acelerado. Recente artigo do Fórum Econômico Mundial indica que a geração Beta vai representar 18% da população mundial até 2050 e que seu crescimento, deslocamento e hábitos de consumo terão impacto significativo na economia global.

Será também, especula-se, uma geração ultraconectada, muitos cliques à frente dos imigrantes digitais (a geração X) e mesmo dos nativos digitais (da geração Y em diante), convivendo, desde as fraldas, com a inteligência artificial (IA) e com dispositivos inteligentes atuando como extensões naturais do seu próprio corpo. Aquele bebê que desde sempre interage com as telas, todo fofo, será somente o início da desenvoltura radicalmente digital.

— Acho que nem vai se falar mais a palavra conexão porque já vai ser uma coisa dada, essa geração não vai mais reconhecer a diferença entre estar *on-line* ou não. Vai ser sempre *on* — aposta Daniela Klaiman, futurista, especialista em comportamento do consumidor e CEO da FutureFuture. — Essa vai ser a geração nativa de IA, aquela que nem vai pensar na tecnologia para resolver suas questões. Isso vai estar embutido no que ela vai fazer no dia a dia. Não vai ser mais a opinião de uma pessoa, vai ser a opinião dela somada a uma tecnologia, como se fosse uma duplinha trabalhando junta, um ser que não é só humano.

Essa conexão humana-máquina deve se tornar ainda mais "invisível", mais integrada às nossas rotinas, acredita Bruno Natal, jornalista e apresentador do *podcast* "Resumido", sobre o impacto da tecnologia em nossas vidas.

— A gente já vive com uma inteligência externa, nossos celulares são uma extensão do nosso raciocínio — constata ele.—Mas essa integração não vai significar necessariamente confusão. Acho que a diferença entre o que é digital e o que é real vai continuar existindo, mas de forma mais clara, mais consciente. A geração Beta talvez cresça entendendo melhor essa fronteira, justamente por já nascer com isso estabelecido — prevê.

A relação da geração Beta com a tecnologia, e em particular com a inteligência artificial, provavelmente será uma simbiose profunda. A IA não será apenas um instrumento, mas uma presença constante — de assistentes virtuais que sussurram dicas de aprendizado a sistemas inteligentes que poderão orquestrar lares e sistemas urbanos, e muito mais, que ainda não chegou ao público ou sequer foi inventado. Mas, em qualquer tempo, com qualquer geração, continuará não existindo almoço grátis: esse mix, porém, já traz efeitos colaterais, como as notícias falsas, cada vez mais aperfeiçoadas pela tecnologia, a ponto de se tornarem, a qualquer momento, indistinguíveis dos fatos. O antídoto para essa armadilha pode estar numa ferramenta de eterno valor: o pensamento crítico.

— Essa geração já chega num contexto que a gente pode chamar de pós-verdade, que é o uso de IA para emular realidades, tornando tecnicamente cada vez mais difícil distinguir o falso

do real. E já não é nem uma questão de olhar tecnicamente para uma *deep fake* e ver se alguém tem seis dedos ou se o padrão da roupa está bagunçado — conta Paula Martini, jornalista, especializada em Futurismo e Novas Economias.
Ela alerta que a geração Beta precisará de muito letramento digital, sem abrir mão da mais antiga e eficaz das ferramentas: a educação.
— É pensar que se determinado conteúdo me faz sentir raivosa, me dá vontade de contar para mais gente, de me engajar, tem grandes chances de ele ter sido criado justamente com esse fim. E não ser verdade. Esse contato com a IA, por exemplo, terá que vir a partir de boas perguntas.
Se tudo isso — além de um planeta provavelmente alterado pelas mudanças climáticas — parece ser suficientemente desafiador e estressante demais, a solução pode ser pedir um chazinho à moda da casa.
— A integração da geração Beta com a tecnologia vai ser tão mais natural ou talvez tão menos controlada que as pessoas vão detectar que estão nervosas e aí, pelo *preset*, automaticamente, vai chegar um chá calmante na casa delas, ou seja, a tecnologia vai tomar muitas decisões de compras por elas, num consumo inconsciente que pode trazer um risco gigantesco — afirma Daniela, que pede, no fim das contas, um equilíbrio nessas previsões. — Talvez seja bom buscarmos olhares mais neutros, nem tão positivos, do tipo "a geração tal vai salvar o mundo", nem tão negativo, do tipo "a geração tal não fica no emprego". Temos que aprender com todas elas, tirando o melhor de cada uma.

Disponível em:https://oglobo.globo.com/100-anos/noticia/2025/07/24/geracao-beta-como-serao-as-criancas-que-nascem-a-partir-de-agora.ghtml. Adaptado.

Questão 41

De acordo com o texto, a relação entre a geração Beta e a IA pode ser resumida em:
A ( ) facilidade em reconhecer *fake news*
B ( ) utilização inconsciente de tecnologia
C ( ) desaceleração do ritmo de trabalho
D ( ) invisibilidade das relações humanas

O trecho abaixo serve de base para responder às questões 42 e 43.

A fila das gerações anda, embora os rótulos, marcas e conceitos, às vezes, se embolem. (1º parágrafo)

Questão 42

A frase, sem que haja alteração de sentido, pode ser reescrita da seguinte forma:
A ( ) Ainda que, às vezes, os rótulos, marcas e conceitos, se embolem, a fila das gerações anda.
B ( ) Os rótulos, marcas e conceitos, às vezes, embolam-se, caso a fila das gerações ande.
C ( ) A fila das gerações anda e os rótulos, marcas e conceitos, às vezes, embolam-se.
D ( ) Conforme a fila das gerações anda, os rótulos, marcas e conceitos se embolam às vezes.

Questão 43

No trecho "a fila das gerações anda", é possível identificar o recurso linguístico expresso em:
A ( ) hipérbole
B ( ) hipérbato
C ( ) prosopopeia
D ( ) polissíndeto

Questão 44

"Esses cidadãos do futuro devem herdar um mundo **<u>onde</u>** a complexidade e a inovação conviverão em ritmo acelerado." (2º parágrafo)
Alguns elementos da língua têm por função precípua estabelecer as relações textuais. São chamados de recursos de coesão textual. A frase em que o termo destacado estabelece uma relação com seu referente semelhante à apresentada no enunciado é:
A ( ) É pensar **<u>que</u>** se determinado conteúdo me faz sentir raivosa, me dá vontade de contar para mais gente, de me engajar, tem grandes chances de ele ter sido criado justamente com esse fim. (10º parágrafo)
B ( ) Acho **<u>que</u>** a diferença entre o que é digital e o que é real vai continuar existindo, mas de forma mais clara, mais consciente. (6º parágrafo)
C ( ) Aquele bebê **<u>que</u>** desde sempre interage com as telas, todo fofo, será somente o início da desenvoltura radicalmente digital. (3º parágrafo)
D ( ) Ela alerta **<u>que</u>** a geração Beta precisará de muito letramento digital, sem abrir mão da mais antiga e eficaz das ferramentas: a educação. (9º parágrafo)

Questão 45

A palavra “aposta” (4º parágrafo) sugere, entre as opções a seguir, que a fala de Daniela Klaiman sobre a geração Beta é uma:
A ( ) certeza
B ( ) hipótese
C ( ) condição
D ( ) ambiguidade

Questão 46

No trecho “A gente vive com uma inteligência externa, nossos celulares são uma extensão do nosso raciocínio”, é possível substituir a vírgula, sem alterar o sentido da frase por:
A ( ) sem embargo
B ( ) apesar de que
C ( ) entretanto
D ( ) visto que

Questão 47

No 7º parágrafo, na última frase, o emprego dos dois-pontos estabelece uma relação de:
A ( ) explicação
B ( ) causalidade
C ( ) especificação
D ( ) generalização

Questão 48

A palavra “antídoto” (7º parágrafo) expressa a seguinte figura de linguagem:
A ( ) metonímia
B ( ) metáfora
C ( ) eufemismo
D ( ) ironia

Questão 49

No contexto, a palavra “emular” (8º parágrafo) tem o mesmo sentido que:
A ( ) manipular
B ( ) reformular
C ( ) simular
D ( ) alterar

Questão 50

A futurista Daniela Klaiman faz um pedido baseado nas previsões realizadas as gerações. A partir de seu pedido, é possível inferir que:
A ( ) somente os relatos positivos são importantes
B ( ) o mundo será melhor com a geração Beta
C ( ) as novas gerações não têm o que ensinar
D ( ) as gerações sofrem com as generalizações

QUESTÃO DISSERTATIVA

A luz do regramento estabelecido pela Lei 14.133/21 acerca do procedimento auxiliar do Registro de Preços, discorra sobre: o prazo de vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes; situações em que é permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido e; requisitos autorizadores da contratação de obras e serviços de engenharia pelo sistema de registro de preços.

RASCUNHO DE PREENCHIMENTO FACULTATIVO. CASO UTILIZE ESSE ESPAÇO, NÃO SE ESQUEÇA DE PASSAR SUA RESPOSTA PARA O VERSO DO CARTÃO-RESPOSTA.